

Ensaio

A educação física e o esporte no Brasil nas primeiras edições dos JERGS: interpretações históricas¹

Physical education and sports in Brazil in the first editions of JERGS: historical interpretations

Educación física y deporte en Brasil en las primeras ediciones de JERGS: interpretaciones históricas



Raquel Valente de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
raquelvallente@hotmail.com



Janice Zarpellon Mazo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
janice.mazo@ufrgs.br

Resumo: Os Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS) são um evento esportivo promovido pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC) que, no tempo atual, tem como público-alvo estudantes de escolas públicas do estado. As primeiras iniciativas para a criação dos JERGS ocorreram no ano de 1970, quando o Brasil perpassava pelo período político da Ditadura Militar (1964-1985). Na época, o evento era denominado Campeonato Estudantil Gaúcho (CEG). Sendo assim, esta pesquisa objetivou compreender que modelo esportivo pairava sobre a Educação Física durante a implementação do CEG no estado do Rio Grande do Sul na década de 1970. A partir de fontes analisadas, verificamos que os JERGS

¹ O presente trabalho contou com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

têm características e representações culturais inerentes à conjuntura política em que foi implantado.

Palavras-chave: competições escolares; educação física escolar; esporte extracurricular; história do esporte.

Abstract: The Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS) are a sporting event promoted by the Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC) which, at the present time, is aimed at students from public schools in the state. The first initiatives for the creation of JERGS took place in 1970, when Brazil was going through the political period of the Military Dictatorship (1964-1985). At the time, the event was called Campeonato Estudantil Gaúcho (CEG). Therefore, this research aimed to understand what sports model hovered over Physical Education during the implementation of the CEG in the state of Rio Grande do Sul in the 1970. From analyzed sources, we found that JERGS have characteristics and cultural representations inherent to the political situation in which they were implemented.

Keywords: school competitions; school physical education; extracurricular sport; sport history.

Resumen: Los Juegos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS) son un evento deportivo promovido por la Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC) que, en la actualidad, está dirigido a alumnos de escuelas públicas del estado. Las primeras iniciativas para la creación de JERGS tuvieron lugar en 1970, cuando Brasil atravesaba el período político de la Dictadura Militar (1964-1985). En ese momento, el evento se llamaba Campeonato Estudantil Gaúcho (CEG). Por lo tanto, esta investigación tuvo como objetivo comprender qué modelo deportivo se cernía sobre la Educación Física durante la implementación de la CEG en el estado de Rio Grande do Sul en la década de 1970. A partir de las fuentes analizadas, encontramos que los JERGS tienen características y

representaciones culturales inherentes a la situación política en la que se implementaron.

Palabras clave: concursos escolares; educación física escolar; deporte extraescolar; historia del deporte.

Submetido em: 2022-10-29

Aceito em: 2023-03-16

Considerações iniciais

Os Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS) são um evento esportivo que congrega estudantes de escolas públicas do estado do Rio Grande do Sul. Anualmente, o evento é promovido pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC) e executado pelas Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), em parceria com as prefeituras dos municípios sul-rio-grandenses e com a comunidade escolar. Conforme o regulamento geral dos JERGS, esse programa tem por finalidade “estimular a prática esportiva em todas as escolas públicas do estado (municipais, estaduais e federais), buscando a mobilização da comunidade escolar em prol do esporte educacional” (RIO GRANDE DO SUL, 2019, p. 3).

O estudo de Schneider (2016) alude que, por meio dos JERGS, a SEDUC busca proporcionar aos estudantes da rede pública a prática do esporte educacional, de modo a reforçar o processo pedagógico vivenciado nas escolas. O evento se apresenta como uma ferramenta de políticas públicas, a qual tem por intuito desenvolver a cidadania dos agentes envolvidos, em um processo de pertencimento escolar, cultural e esportivo, assim como proporcionar a integração social e cultural entre discentes e docentes.

Nesta troca cultural promovida pelo esporte, os agentes têm a oportunidade de conhecer diferentes contextos sociais e culturais relativos às cinco regiões sul-rio-grandenses que compõem o evento. As primeiras iniciativas para a criação dos JERGS ocorreram no ano de 1970, junto à então Assessoria Técnica do Departamento de Educação Física e Desporto (DED), da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul (SEC). Naquele momento da história esportiva dos JERGS, o evento foi criado com uma razão social distinta da atual: Campeonato Estudantil Gaúcho (CEG).

Nacionalmente, as competições esportivas extracurriculares inseridas em âmbito escolar foram potencializadas, principalmente, durante as décadas de 1960 e 1970, mesma época em que o CEG foi implementado no Rio Grande do Sul. De acordo com Dantas Junior (2008) e Eller (2015), com o advento da Ditadura Militar no

ano de 1964, os jogos esportivos escolares entraram em ascensão e ganharam força no interior das instituições de ensino, tornando-se um dos grandes pilares da Educação Física. No estado do Rio Grande do Sul, tal panorama não foi diferente, o que resultou na implantação do CEG.

Para compreender as conformações históricas dos JERGS de forma ampla e heterogênea, assim como sua atual conjuntura, acreditamos que, inicialmente, faz-se necessário investigar o contexto sociocultural, histórico e político – tanto sul-rio-grandense quanto nacional – sobre o qual o evento foi criado e implementado. Tais ponderações preliminares colocam-se enquanto importantes indicativos históricos e preenchem lacunas sobre os princípios pedagógicos e educacionais que predominavam na época, os quais, conseqüentemente, foram incorporados ao CEG. Sendo assim, esta pesquisa objetiva compreender que modelo esportivo pairava sobre a Educação Física durante a implementação do CEG no estado do Rio Grande do Sul na década de 1970.

Referencial teórico-metodológico

Com o objetivo de reconstituir o que um dia existiu e, de tal modo, encontrar representações do passado para suprir lacunas historiográficas, realizamos a coleta das informações por meio de fontes orais. Para tanto, a pesquisa respaldou-se nos pressupostos teórico-metodológicos da História Oral, enquanto uma metodologia de composição de fontes históricas (ALBERTI, 2008; BARROS, 2004; FERREIRA; AMADO, 2006). Portanto, coletamos o depoimento oral de Arno José Ciulla Raupp, idealizador dos JERGS, na época denominado “Campeonato Estudantil Gaúcho”. A entrevista foi realizada pela primeira autora, para elaboração de tese de doutorado, e de forma remota, devido à pandemia da covid-19, em 26 de novembro de 2021, seguindo todas as orientações do Ministério da Saúde quanto aos procedimentos adotados em pesquisas com seres humanos em ambientes virtuais (BRASIL, 2021).

Arno Raupp é professor aposentado de Educação Física, formado no ano de 1966 pela então Escola Superior de Educação Física (ESEF), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Além de ser o responsável por idealizar o projeto inicial, Arno também foi coordenador geral do evento durante a década de 1970 e até os primeiros anos de 1980. Neste período, ele era coordenador da Assessoria Técnica do Departamento de Educação Física e Desporto (DED), da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul (SEC), e, posteriormente, tornou-se diretor do DED/SEC.

Para proceder a análise das informações coletadas por meio de entrevistas, seguimos as orientações descritas por Alberti (2008) e os procedimentos apresentados por Flick (2009), relativos à Análise de Conteúdo Temática. Já no que diz respeito aos procedimentos legais e éticos adotados, salientamos que o entrevistado assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da pesquisa. Esta foi aprovada pela Comissão de Pesquisa (COMPESQ) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID) da UFRGS, e pelo Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) da mesma instituição de ensino, sob o parecer número 4.873.072.

Além das fontes orais coletadas, realizamos uma revisão bibliográfica para localizar estudos que abordam a temática dos “jogos escolares”. A busca desses materiais foi realizada nos seguintes locais: plataforma *online* do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Optamos por realizar a busca nessas bases de dados a fim de localizarmos artigos científicos, teses de doutorado, dissertações de mestrado e livros que abordam a temática investigada, uma vez que ambos os locais de busca dispõem de um conteúdo científico diversificado.

Inicialmente, empregamos os descritores “Jogos Escolares do Rio Grande do Sul” e “JERGS”, a fim de mapear estudos que tratam deste evento esportivo escolar de modo pontual. Posteriormente, utilizamos descritores mais amplos, com o intuito de abranger pesquisas que têm outros eventos escolares como objeto de investi-

gação, implementados na mesma época dos JERGS e em outros contextos do território brasileiro: jogos escolares; competições escolares; competição esportiva escolar; evento esportivo escolar; campeonato escolar; campeonato estudantil; olimpíada escolar; e olimpíada estudantil. Mediante o amplo número de estudos localizados, a seleção foi feita a partir da leitura do título, palavras-chave e, sobretudo, de seus resumos, com o intuito de escolher somente aqueles relacionados à temática de investigação deste manuscrito, sobretudo, aqueles de viés histórico e sociocultural.

Significados atribuídos à Educação Física brasileira durante a implementação do CEG

A Educação Física já esteve atrelada à diferentes perspectivas político-ideológicas e propostas educacionais ao longo de sua história, estando ela, de certo modo, subordinada aos objetivos atribuídos em cada período. De acordo com a historiografia da política brasileira, durante os primeiros arranjos desde a implementação dos JERGS, quando o evento ainda se chamava “Campeonato Estudantil Gaúcho” (CEG), o país estava sob a Ditadura Militar (1964-1985). Muitas das medidas e imposições instituídas por esse regime estenderam-se a diversos setores da sociedade, dentre os quais destacamos o setor educacional e, de modo particular, a Educação Física desenvolvida no interior das instituições de ensino.

Desde sua constituição em âmbito escolar, sucedida na primeira metade do século XX, a Educação Física foi estreitamente influenciada pelas instituições militares, assim como, originalmente, baseada no referencial médico, quando ainda o conteúdo das aulas desse componente curricular ancorava-se nos métodos ginásticos da época (BARROSO; DARIDO, 2006; BRACHT, 1999). De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), a Educação Física passou a ser instituída como componente curricular obrigatório no interior das escolas brasileiras no ano de 1937, durante o governo Getúlio Vargas (1930-1945). Nesta época, a concepção predominante na Educação Física era fundamentada

na perspectiva Higienista, cuja atenção estava voltada, sobretudo, aos hábitos de higiene e saúde, estando os exercícios ginásticos a serviço do desenvolvimento físico e moral da população (DARIDO, 2003). Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que também demarca o encerramento do governo de Getúlio Vargas no Brasil, o esporte passa a ser o principal conteúdo da Educação Física nas escolas. Conforme nos aponta Brasil (1997), a ascensão do esporte ocorreu porque, na maioria das escolas, não houve uma profunda identificação com a ginástica por parte dos alunos, a qual, até então, era conteúdo exclusivo da Educação Física.

Com o advento da Ditadura Militar e, sobretudo, com o lugar de destaque que os militares passaram a ocupar frente ao referido regime, o esporte ganha ainda maior centralidade nas aulas de Educação Física dentro das instituições escolares do país, estando fortemente atrelado ao desenvolvimento da aptidão física dos indivíduos, bem como à construção de uma identidade nacional e ao comportamento disciplinar da população. Com isso, mais uma vez, as instituições militares atravessam a trajetória da Educação Física, impondo-lhe objetivos direcionados ao desempenho físico e técnico dos alunos. Nesse período da história, os militares se fizeram muito influentes e, mais uma vez, parte predominante no itinerário da Educação Física brasileira.

Logo nos primeiros anos desde a instauração da Ditadura Militar, a qual teve seu início em março de 1964, dentre as inúmeras iniciativas que demarcaram esse período, o governo militar investiu intensamente na Educação Física, intentando a construção de um exército formado por indivíduos fortes e ativos fisicamente (BRASIL, 1997). A Educação Física, nessa época, estava atrelada à ideia de constituir um povo saudável, capaz de atuar bravamente na segurança nacional e em prol dos princípios autoritários defendidos e instaurados pelo governo. Conforme os apontamentos de Sousa (2015, p. 387), “todo esse investimento nas práticas esportivas, nas atividades físicas e de lazer era uma política do Estado”.

Ao estar estritamente relacionada ao desenvolvimento da aptidão física, a Educação Física se consolidou como um importante

recurso no projeto dos militares. Segundo Bracht (1999), a prática esportiva, junto a seu conjunto de técnicas padronizadas e seu caráter amplamente reprodutivista, traria resultados prósperos à classe trabalhadora, uma vez que contribuiria para torná-la mais eficiente em seu processo de produção. Desse modo, o modelo civil-militar implantado pela ditadura tinha as escolas como um espaço propício e promissor para promover tais ideais e ampliá-los para o restante da sociedade.

Assim como ocorreu no governo autoritário de Getúlio Vargas, os princípios atrelados ao nacionalismo e ao patriotismo também foram retomados durante o regime militar. Por sua vez, o esporte voltou a ser um importante recurso para atingir os objetivos do governo militarista. De acordo com Darido (2003), se fazia necessário, frente aos olhos do modelo vigente, formar sujeitos fisicamente ativos e fortes, uma vez que uma das principais finalidades da Educação Física na escola era a formação e o preparo de corpos capazes de enfrentar o combate, para atuar em possíveis confrontos bélicos. Por essa razão, na escola, este componente curricular era exclusivamente prático, balizado pela reprodução de movimentos, sendo ele trabalhado à semelhança da instrução física militar.

Como foi o principal e, por muitas vezes, o único conteúdo trabalhado nas aulas de Educação Física, o esporte serviu ao governo como um meio para manter a disciplina e a ordem da nação. Como decorrência disso, o esporte contribuiria para consolidar a educação moral e cívica da população. No estudo realizado por Sousa (2015), o autor ressalta que, nos regimes autoritários, as instituições de ensino serviram para impor determinados valores a seus estudantes e para assegurar certos comportamentos, tais como a obediência e a disciplinarização, sendo estes amplamente defendidos pelo Estado cívico-militar. Princípios associados à autoridade, à ordem, ao respeito à hierarquia e à tradição familiar eram constantemente reforçados de diferentes maneiras nessa época, seja por meio de discursos e ações governamentais, seja através de materiais educativos que circulavam nas escolas.

Se no governo de Getúlio Vargas a Educação Física estava em prol, dentre outras atribuições, da eugenia da raça brasileira e da aceleração do processo de industrialização, durante os anos em que os militares estiveram à frente do país, esse componente curricular serviu para fornecer capacidade física à sociedade, além de selecionar os mais habilidosos através do esporte de massa e do esporte escolar, cujas representações estavam relacionadas ao esporte de rendimento (BUENO, 2008). Conforme nos apontam Araújo e Furtado (2019), a estratégia adotada pelo governo da época em relação ao esporte era justamente popularizá-lo junto à sociedade, de modo a relacioná-lo com a economia do período, incorporando-lhe a finalidade de reforçar a representação de um país em desenvolvimento. Em outras palavras, “um corpo sadio também significa uma nação sadia e, conseqüentemente, economicamente produtiva” (SOUSA, 2015, p. 383-384).

Autores como Taborda de Oliveira (2012) elucidam que o fenômeno esportivo serviu ao propósito político do governo militar sob diferentes perspectivas, que utilizou questões inerentes ao esporte para aproximar a população de ideologias políticas da época. A ditadura militar não criou o esporte, mas ele caiu como uma luva para promover e sustentar um conjunto de símbolos e representações atinentes à eficácia, performance, conquistas e superação de desafios (OLIVEIRA, 2012). Para tanto, a busca por resultados em competições internacionais tornou-se um dos principais objetivos a ser traçado pela Educação Física escolar. Tais pretensões justificavam-se pelo fato de que a ideologia do governo da época pautava-se em um país que tinha o anseio por afirmar-se como uma potência esportiva e destacar-se no cenário mundial como uma nação desenvolvida.

Para o governo federal, era conveniente que o maior número de pessoas, seja no meio escolar ou fora dele, praticasse atividades esportivas. Sobre isso, Araújo e Furtado (2019) discorrem sobre o modelo piramidal esportivo que prevaleceu na época em que o regime militar estava em vigência no país (Figura 1).

Figura 1 – Modelo Piramidal Esportivo



Fonte: Araújo e Furtado (2019, p. 11).

A proposta do modelo piramidal sugere que, se o número de praticantes escolares aumentasse, conseqüentemente, também haveria um aumento no número de atletas de alto rendimento, sendo estes os que representariam o país em competições esportivas de nível nacional e internacional. De acordo com Araújo e Furtado (2019), a estratégia do governo era incentivar a prática de esportes no meio escolar e no não escolar para que seus adeptos aumentassem em número e proporção. Em suma, para almejar o topo, se fazia necessário investir na base, uma vez que, a partir do esporte escolar, se formaria uma elite esportiva.

Ascensão dos Jogos Escolares no Brasil: uma estratégia político-ditatorial

Na perspectiva do governo militar, a escola se apresentava como um ambiente propício para a prática de atividades esportivas, por esta contemplar um número expressivo de jovens. O Estado via a possibilidade de criar vínculos mais estreitos com esse grupo e fazer com que seus integrantes construíssem um sentimento de pertencimento à pátria. Estrategicamente, pensava-se

que, por se tratar de sujeitos com opiniões e pensamentos ainda em construção, seriam pessoas facilmente influenciáveis e moldadas às concepções ideológicas do governo.

Para além disso, o governo ditatorial da época traçou um diversificado plano para culminar seus ideais políticos, os quais envolviam a Educação Física. Dentre eles, podemos destacar a Portaria nº 148 de 1967, emitida pelo então Ministério da Educação e Cultura (MEC), a qual estava diretamente relacionada aos jogos escolares (BUENO, 2008). Em 1967, por meio de tal legislação, a influência do esporte sobre o ensino escolar propagou-se, dentre outras razões, por assentir a participação de alunos em eventos esportivos escolares como uma atividade que substituiria as aulas de Educação Física (BUENO, 2008). Ademais, a Portaria nº 148/1967 também apontou algumas sugestões acerca da inserção do esporte de alto rendimento nas escolas, uma vez que tal iniciativa melhoraria o desempenho do Brasil em competições internacionais e o tornaria uma potência olímpica.

Indo ao encontro de tais ideais, no ano de 1970, a Educação Física ganhou um suporte legislativo, por meio do Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970, ao ser criado o Departamento de Educação Física e Desportos (DED), sendo este um órgão subordinado ao MEC, em substituição à Divisão de Educação Física (DEF) (PINTO, 2003; SANTOS, 2006). O novo órgão passou a contemplar, para além da Educação Física, todos os atributos que diziam respeito ao “desporto” nacional. Por meio de tal iniciativa, o governo tinha o objetivo, dentre outros, de detectar novos talentos esportivos no ambiente escolar, tornando este um “celeiro” de alunos/atletas. Com isso, os jogos escolares, além dos treinamentos que eram considerados preparatórios à participação dos alunos/atletas em competições, eram tidos como “berço de futuros atletas”.

Durante os primeiros anos que procederam o início do período ditatorial, em decorrência do novo cenário político e econômico que se instaurava no Brasil, dois decretos também foram instituídos no âmbito educacional, cujos ideais vão ao encontro das incumbências direcionadas à Educação Física e ao esporte escolar. O

movimento pela esportivização se estendeu além dos muros escolares, a partir da Reforma Universitária de 1968, que buscou normatizar o funcionamento do ensino superior no Brasil. Por meio da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, em seu artigo 40, competia às instituições de ensino superior estimular atividades desportivas ao corpo discente (BRASIL, [2011]).

No ano seguinte, soma-se a este aparato jurídico o Decreto-Lei nº 705 de 25 de julho de 1969: torna-se “obrigatória a prática da educação física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior” (BRASIL, [2019]). Tais reformas educacionais deixam evidente as intenções do Estado em valorizar a aptidão física e, sobretudo, ampliar a prática esportiva para todos os níveis de ensino. Seguindo a mesma linha da Reforma Universitária de 1968, outra iniciativa para impulsionar a Educação Física escolar foi torná-la um dos componentes obrigatórios no ensino escolar por meio do artigo 7 da Lei nº 5.692 de 1971: “Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus” (BRASIL, [1996]). Como consequência preponderante, a regulamentação da área acarretou a ampliação do número de praticantes esportivos no contexto escolar (SANTOS, 2006).

Autores como Paiva (2004) e Albuquerque (2009) afirmam que, durante a década de 1970, enquanto um fenômeno em ascensão, o esporte foi o alicerce da Educação Física escolar, transformando-a em um trampolim para o treinamento especializado, para a iniciação esportiva e para a criação de jogos estudantis. Em concordância com isso, Sousa (2015) destaca que a escola proporcionava aos alunos a prática de distintas modalidades esportivas, as quais, por consequência e por anseios pré-determinados do governo, tinham a capacidade de formar e explorar talentos estudantis. Além de o esporte escolar ser predominantemente trabalhado durante as aulas, ele seria reforçado por meio de atividades extraclasse e de competições interescolares. Em outras palavras, os jogos escolares, amplamente criados nessa época em distintos estados e cidades

brasileiras, foram um reflexo do movimento advindo da Ditadura Militar para atender aos interesses do Estado (JUCHEM *et al.*, 2018).

De acordo com Dantas Junior (2008) e Eller (2015), o processo de esportivização da Educação Física – quando o esporte passa de conteúdo escolarizado a conteúdo exclusivo das aulas – possivelmente incentivou a implementação e a ascensão de competições esportivas escolares, sendo estas um dos grandes pilares da Educação Física. Em decorrência disso, os jogos escolares ganham força no interior das instituições de ensino como um instrumento de “garimpagem” de talentos esportivos, além de ser convenientemente favorável à propagação dos ideais políticos do regime em questão. Por meio de tais eventos, o projeto nacional incorporado pelo governo militarista era amplamente propagado no meio estudantil.

Além da detecção e formação de atletas, a intenção do Estado em fazer com que o esporte adentrasse significativamente no cotidiano da população brasileira e, de modo pontual, se intensificasse no contexto estudantil por meio de jogos escolares, estava relacionada com o incentivo à educação voltada ao trabalho e à competitividade. Dedicando-se a isso, a população não teria tempo livre para intervir politicamente na sociedade e realizar questionamentos ao governo militar e a sua forma de atuação. Sobre isso, Sousa (2015) afirma que o anseio do regime militar sobre a idealização de corpos saudáveis, dóceis, fortes e disciplinados tinha como consequência almejada uma sociedade facilmente controlada e, conseqüentemente, uma nação livre de conflitos sociais e obedientes aos comandos do Estado.

O envolvimento com atividades físicas e competições esportivas serviria como distração aos problemas emergentes do regime e amenizaria o interesse dos jovens em fazer parte de processos decisórios do governo e em tentar intervir de alguma forma em questões de caráter sociopolítico. Por essa razão, o governo investiu fortemente em ações para deter possíveis movimentos estudantis, dentre as quais podemos ressaltar a realização de competições esportivas interescolares. Conforme ainda destaca Santos

(2006), boa parte da historiografia brasileira refere-se ao início da Ditadura Militar como sendo o período que demarca a expansão e a intensificação dos jogos escolares, justamente em razão da atenção especial que tais atividades esportivas passaram a ganhar frente ao cenário político e às questões sociais da época.

Práticas e representações culturais engendradas no CEG

Conforme já explicitado, o contexto econômico que vigorou no Brasil ao longo do período ditatorial interferiu no percurso da Educação Física escolar. O esporte passou a ser uma forma de manifestar superioridade frente a outros países e uma ferramenta política e econômica para o Estado. Por conseguinte, os feitos esportivos de atletas brasileiros eram supervalorizados pelo governo e maximizados diante da sociedade. Sobre isso, Rubio (2010) destaca que os Jogos Olímpicos eram uma forma de afirmação de poder político do governo, uma vez que os resultados e as conquistas por medalhas estavam relacionados à superioridade e à força política da nação.

Para que um país pudesse se firmar politicamente e ganhar espaço no itinerário social e econômico, se fazia necessário formar atletas que o representasse como uma grande nação em competições reconhecidas mundialmente, como os Jogos Olímpicos. Sobre este megaevento esportivo em particular, Eller *et al.* (2015) apontam que este pode ser entendido como um evento de celebração da modernidade que inspira e influencia outras competições esportivas, dentre as quais é possível destacar os jogos escolares.

As competições promovidas no contexto escolar passaram a ter um significado maior do que o de oportunizar a integração entre estudantes por meio de práticas esportivas. Para além disso, esses eventos constituíam-se como uma preparação de futuros atletas olímpicos. Portanto, os jogos escolares criados por volta da década de 1970 foram implementados com configurações muito semelhantes às aquelas presentes em eventos esportivos organizados internacionalmente, cujas representações estão atreladas ao esporte de alto rendimento. Por essa razão, muitos dos símbolos, rituais e prá-

ticas culturais incorporadas aos eventos esportivos escolares envolvem representações semelhantes às aquelas presentes nos Jogos Olímpicos, por exemplo, pois tomaram estes como referência para sua implementação no cenário educacional (MEDEIROS *et al*, 2012).

Jogos escolares idealizados na época do regime ditatorial, como é o caso do CEG, foram instaurados como um apelo cívico-desportivo e um meio para a formação física e moral da juventude, sob características do esporte-espetáculo. Logo, muitos elementos presentes nos eventos escolares carregam representações atreladas à disciplina e à ordem, assim como à valorização de heróis esportivos e de triunfos por eles conquistados. Também, alguns elementos, como o hasteamento de bandeiras, o hino e a apresentação de bandas, fazem alusão ao nacionalismo e ao patriotismo, princípios estes fortemente ressaltados e impostos à população pelo governo da época.

Ao se reportar ao período em que atuou no CEG enquanto idealizador e coordenador, Arno Raupp, aos 81 anos de idade, rememora alguns acontecimentos que demarcaram as cerimônias de abertura nas décadas de 1970 e 1980:

Normalmente, na abertura das finais de cada modalidade esportiva, eram **hasteadas a bandeira** nacional, do estado do Rio Grande do Sul e do município de Porto Alegre [RS] pelas autoridades presentes. [...] Em todas as aberturas dos jogos nas finais, a Brigada Militar sempre cedeu, a nosso pedido, a sua **Banda Marcial** para tocar os **hinos** nacional, rio-grandense e do município de Porto Alegre [RS]. Sempre a banda da Brigada nos acompanhava. (Arno Raupp, entrevista concedida em 26/11/2021, grifo nosso).

A partir do depoimento do professor Raupp, podemos evidenciar alguns indícios históricos sobre determinadas práticas culturais que eram realizadas durante os rituais de abertura do então Campeonato Estudantil Gaúcho, as quais condizem com alguns

elementos que integram os protocolos dos Jogos Olímpicos, como hasteamento de bandeiras, execução de hinos e presença de bandas marciais (Figura 2). Tais práticas remetem a representações atreladas ao civismo e à preservação da cultura militar.

Figura 2 – Desfile e hasteamento de bandeiras



*Fonte: Acervo pessoal de Arno José Ciulla Raupp.
CEG realizado no Grêmio Náutico União, Porto Alegre (RS), na modalidade de natação (década de 1970).*

Ademais, Arno Raupp também evidencia a constante participação de membros da Brigada Militar, não somente mediante a presença de sua banda, mas, também, em virtude do apoio prestado pelos militares, sobretudo na abertura dos jogos, quando eles se faziam regularmente presentes. Raupp (entrevista concedida em 26/11/2021) relata que a comissão organizadora do evento convidava autoridades civis, militares e eclesiásticas para as solenidades de abertura dos jogos. De modo pontual, ele destaca que os militares sempre se fizeram presentes como fiéis apoiadores do evento. Essa parceria concretiza as discussões acima referenciadas sobre a estreita relação que era estabelecida durante o período da Ditadura Militar entre a Educação Física, o esporte e o sistema político da época. Por meio dos jogos escolares, o esporte tornava-se um importante instrumento que aproximava os estudantes do Estado a suas ideologias e concepções políticas.

Considerações finais

Esta pesquisa buscou compreender que modelo esportivo pairava sobre a Educação Física durante a implementação do Campeonato Estudantil Gaúcho (CEG), no estado do Rio Grande do Sul, na década de 1970, evento este precursor dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS). Para tanto, se fez necessário conhecer o contexto social, político e educacional do período abarcado pelo estudo. Sendo assim, fonte oral proveniente de entrevista de História Oral com o idealizador do CEG foi cotejada com informações oriundas da literatura sobre a temática abordada. Dessa forma, podemos constatar que os jogos escolares criados nesse período, assim como o CEG, têm características e representações inerentes à conjuntura política em que foram implantados, tais como princípios civilizatórios, por meio dos quais a Educação Física e o esporte serviam como meio para atingir objetivos políticos da época.

De acordo com alguns autores da historiografia da área, a Educação Física, além de se tornar sinônimo de esporte a partir do processo de “esportivização”, também passou a primar pelo treinamento esportivo e pelas competições escolares. Como consequência, essas características ecoaram nos jogos escolares criados naquela época, bem como naqueles eventos que já estavam em andamento, os quais se apropriaram do modelo esportivo em vigência e de seus princípios pedagógicos e educacionais, incorporando-os ao cerne de seus eventos escolares.

Ao delinear um panorama sobre as conformações históricas do CEG acerca do período em que esse evento foi projetado e implementado no Rio Grande do Sul, torna-se possível compreender o evento de forma mais abrangente. Para entender o presente e os processos de continuidades e descontinuidades dos JERGS, faz-se necessário investigar o passado, a fim de compreender as razões pelas quais o evento incorporou algumas práticas e representações culturais ao seu cerne, amplamente influenciadas pelo contexto sociocultural da época. A partir deste entendimento inicial, o próximo passo é investigar as conformações históricas dos

JERGS desde suas primeiras edições, a fim de construir uma versão verossímil acerca da história esportiva desse evento escolar, tradicional no cenário estudantil do Rio Grande do Sul, já que tem mais de 50 edições.

Referências

ALBERTI, V. Fontes Orais: histórias dentro da história. *In*: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.

ALBUQUERQUE, L. R. A constituição histórica da Educação Física no Brasil e os processos da formação profissional. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., 2009, Curitiba. **Resumo dos trabalhos**. Curitiba: PUCPR, 2009. p. 2244-2258.

ARAÚJO, S. F.; FURTADO, A. C. Educação Física brasileira no governo militar nas décadas de 1960 e 1970. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 1-18, out./dez. 2019.

BARROS, J. D. **O campo da História**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROSO, A. L. R.; DARIDO, S. C. Escola, Educação Física e esporte: possibilidades pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação Física, Esporte, Lazer e Dança**, Santo André, v. 1, n. 4, p. 101-114, dez. 2006.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. **Cadernos Cedes**, Campinas, SP, v. 19, n. 48, p. 69-88, 1999.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 705, de 25 de julho de 1969**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-705-25-julho-1969-374152-publicacaooriginal-1-pe.html>. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2019]. Acesso em: 27 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [15 maio 2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm. Acesso em: 27 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.692, 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5692.htm. Acesso em: 30 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física.** Brasília: MEC: SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual.** Brasília, DF: Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, 2021.

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil:** razões para o predomínio do alto rendimento. 2008. 295 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

DANTAS JÚNIOR, H. S. **Da “escolarização do esporte” à “esportivização da escola”:** tradição e espetáculo nos Jogos de Primavera de Sergipe (1964-1995). 2008. 333f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

DARIDO, S. C. **Educação Física na escola:** questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

ELLER, M. L. *et al.* A olimpíada escolar e a esportivização da Educação Física no Espírito Santo: continuidades e descontinuidades (1946-1954). **Revista da Educação Física**, Maringá, v. 26, n. 3, p. 389-400, 2015.

ELLER, M. L. **Olimpíadas escolares no Espírito Santo:** continuidades e descontinuidades (1946-1954). 2015. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2015.

FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. **Usos e abusos da História Oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

JUCHEM, L. *et al.* Jogos escolares de Petrolina: apontamentos históricos (década de 1970). **Revista Thema**, Pelotas, v. 15, n. 4, p. 1362-1375, 2018.

MEDEIROS, A. G. A. *et al.* Rituais escolares: notas sobre jogos e olimpíadas escolares como rituais. **Revista da Educação Física**, Maringá, v. 23, n. 2, p. 217-227, 2012.

OLIVEIRA, M. A. T. de. Esporte e política na ditadura militar brasileira: a criação de um pertencimento nacional esportivo. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 4, p. 155-174, out./dez. 2012.

PAIVA, F. S. L. Notas para pensar a educação física a partir do conceito de campo. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. especial, p. 51-82, jul./dez. 2004.

PINTO, J. F. **Representações de esporte e Educação Física na ditadura militar:** uma leitura a partir da revista de história em quadrinhos Dedinho (1969-1974). 2003. 145f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. 49º Jogos Escolares do Rio Grande do Sul. **Regulamentos geral e específico.** [Porto Alegre]: Seduc, abr. 2019. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/201904/22135138-regulamento-geral-2019.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

RUBIO, K. Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 55-68, jan./mar. 2010.

SANTOS, E. S. **História dos jogos escolares do município de Sorocaba em meados do século XX.** 2006. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2006.

SCHNEIDER, M. P. A. **As políticas públicas gaúchas e catarinenses de incentivo ao esporte:** análise dos jogos escolares JERGS, CERGS e OLESC. 2016. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SOUSA, R. C. Práticas de esporte, Educação Física e educação moral e cívica na ditadura militar: uma higiene moral e do corpo. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 16, n. 25, p. 373-395, 2015.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Educação Física e Dança. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.